

Após cinco anos, governo federal garante recursos para destravar Rota Bioceânica

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Construção da alça viária de acesso à ponte que liga Porto Murtinho a Carmelo Peralta será licitada no primeiro semestre. Do lado brasileiro, as obras para construir a alça de acesso à ponte vão custar R\$ 180 milhões, por causa da dificuldade do terreno - Reprodução Porto Murtinho Notícias A Rota Bioceânica, que vai ligar Mato Grosso do Sul aos portos do Chile, é uma das grandes obras de infraestrutura colocadas como prioridade pelo Estado. Uma das responsabilidades locais é fazer uma alça viária em Porto Murtinho, já que a construção da ponte é de responsabilidade do Paraguai. Após cinco anos em busca de recursos, o Executivo estadual conquistou a metade dos recursos com a nova gestão do governo federal. E, com isso, vai destravar a obra que permanecia "empacada" até então. De acordo com o secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), Jaime Verruck, não existia a previsão orçamentária dos recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a alça da ponte. "Nossa grande preocupação é que a cada dia que passa a gente correria um risco de atrasar o acesso e a ponte ficar pronta em dezembro de 2024 e nós não termos acesso por meio dessa construção, que é uma responsabilidade do governo brasileiro dentro do acordo internacional". "A gente vinha muito preocupado com essa situação. Então o governador [Eduardo Riedel] colocou a questão da ponte da Rota Bioceânica como prioritária. O acesso à ponte foi colocado em primeiro lugar, dada a importância do desenvolvimento que o corredor trará", afirmou Verruck ao Correio do Estado Na segunda-feira, o governador Eduardo Riedel (PSDB) e alguns de seus secretários estiveram em Brasília e receberam a garantia de que R\$ 93 milhões serão disponibilizados para a construção da alça. Os recursos angariados no Ministério dos Transportes fazem parte de um repasse no valor total de R\$ 984 milhões para Mato Grosso do Sul. "O compromisso do governo federal é de lançar a licitação da alça de acesso à ponte até junho deste ano. Já temos o projeto pronto, o Dnit já o terminou, e o ministro [Renan Filho] se comprometeu nos próximos três meses a fazer essa licitação em regime de contratação direta, que será a empresa receber esse projeto básico e fazer todo o projeto de licenciamento e executivo", explicou Verruck. Ainda de acordo com o secretário, o custo total da construção da alça será de R\$ 180 milhões. Os R\$ 87 milhões que faltam serão disponibilizados no próximo ano, também pelo governo federal. Sobre o custo do acesso, de cerca de 14 quilômetros, Verruck explica que há dois pontos: são R\$ 80 milhões para o asfalto e R\$ 100 milhões para as obras que são necessárias para passar pelas áreas alagadas e corixos. "Em função do número de obras que são necessárias, você vê a complexidade disso". Sobre o cronograma, o secretário diz que o Brasil está no limite de tempo para a construção da alça de acesso, com a ponte projetada para ser finalizada em 2024. "A partir de agora começa o monitoramento para que a gente consiga fazer a inauguração da ponte com o acesso", finalizou Verruck, que ainda afirmou que as obras da ponte já estão 24% concluídas. PONTE A ponte sobre o Rio Paraguai é fundamental para a viabilização da Rota Bioceânica. A obra é financiada pela usina Itaipu Binacional, no valor de 616, 836 milhões de guaranis (cerca de US\$ 90 milhões), e terá uma extensão total de aproximadamente 1.293 metros. No Brasil, estão sendo feitos os preparativos para a execução das estacas. A central dosadora de concreto já está montada no lado brasileiro junto com os armazéns de apoio. A travessia de todo esse material para a margem brasileira do rio foi feita sobre jangadas. O prefeito de Porto Murtinho, Nelson Cintra (PSDB), disse à reportagem que a vinda do vice-presidente Geraldo Alckmin ao Estado trará mais credibilidade ao corredor. "Em março o vice-presidente virá a Porto Murtinho, e eu acho que vai dar um impulso nessa construção. Riedel esteve com o presidente Lula, e ele está sensível a questão da abertura do acesso. [Era o que faltava], porque o Paraguai está de vento em popa [na construção]", avaliou. Em reportagem publicada pelo Correio do Estado em 4 de dezembro de 2021, o prefeito se dizia desanimado com o projeto pela falta de agilidade do governo brasileiro em fazer sua parte. Na época, ele disse que a cidade já havia perdido grandes empreendimentos que queriam se instalar na região. Agora, após o anúncio da chegada dos recursos, ele acredita que possa ser destravado o desenvolvimento. "Estamos contratando uma

universidade do Paraná para fazer o plano diretor do plano diretor do desenvolvimento. Estamos caminhando, mas a verdade é que vai sair. Quero fazer o plano diretor para poder alinhar o plano de desenvolvimento do corredor da BR-267 até a ponte, porque não podemos deixar as pessoas virem chegando e comprando terras ao longo da rodovia e construindo de qualquer jeito", concluiu Cintra. **IMPORTÂNCIA A Rota Bioceânica** é um corredor rodoviário com extensão de 2.396 quilômetros que ligará os dois maiores oceanos do planeta, Atlântico e Pacífico, partindo do Brasil e chegando aos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, passando por Paraguai e Argentina. O projeto, que começou a ser debatido em 2014 e teve início em 2017, tem a promessa de ampliar a relação comercial do Estado com países asiáticos e sul-americanos e ainda fomentar a diversificação da produção sul-mato-grossense. O acordo previsto entre Brasil e Paraguai definiu que a travessia será construída com recursos da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Conforme estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), os custos para o envio da produção sul-mato-grossense serão reduzidos, além do tempo de viagem, que será encurtado em até 17 dias rumo ao mercado asiático. Outro levantamento aponta que a Rota Bioceânica terá potencial para movimentar US\$ 1,5 bilhão por ano em exportações de carnes, açúcar, farelo de soja e couros. Economia BNDES quer pagar menos dividendos, como demais bancos públicos, diz Mercadante Segundo o estatuto e as normas internas do BNDES, a política de dividendos prevê o pagamento de até 60% do lucro aos acionistas Foto: Divulgação Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, defendeu nesta terça-feira (14) em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que a instituição pague menos dividendos à União, como os demais bancos públicos. "Nós queremos isonomia no pagamento de dividendos do BNDES com o Banco do Brasil para que a gente, sem precisar de recursos do Tesouro [Nacional], tenha mais recursos próprios para aplicar. Há uma forte demanda de crédito, sobretudo de crédito mais barato para, por exemplo, micro e pequenas empresas, energia limpa e inovação tecnológica", afirmou. Segundo o estatuto e as normas internas do BNDES, a política de dividendos prevê o pagamento de até 60% do lucro aos acionistas. O percentual, de acordo com Mercadante, deveria ser reduzido. Hoje, o Banco do Brasil paga 40% a seus acionistas –incluindo a União na condição de acionista majoritário. "Historicamente, as empresas distribuem 25%, o BNDES pagava 25%. No período em que o BNDES tinha a TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo], recebia muitos subsídios, eles aumentaram para 60%. Só que hoje o BNDES não recebe mais subsídio do Tesouro, ao contrário, pagou R\$ 678 bilhões desde 2015. Estamos acabando com esse ciclo. Estamos indo para uma relação de equilíbrio entre BNDES e o Tesouro", disse. A TJLP foi substituída pela TLP (Taxa de Longo Prazo) como principal balizadora dos empréstimos do BNDES em contratos de financiamento firmados a partir de 1º de janeiro de 2018. Na reunião no Ministério da Fazenda também foram abordadas mudanças na TLP. Segundo Mercadante, é uma taxa "muito volátil", pois trabalha com a inflação do mês. "Oscila muito, prejudica muito a previsibilidade das empresas, especialmente para micro e pequenos empresários", afirmou. De acordo com o petista, para a taxa ser mais estável, o cálculo deveria substituir a inflação mensal pela "média móvel da inflação". Outra demanda repassada para Haddad foi a flexibilização da TLP pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) por uma taxa "mais favorável". "Quando [se] está financiando uma micro e pequena empresa, uma cooperativa de crédito, é diferente de financiar um investimento em infraestrutura de 30, 35 anos", disse. **MAPA DA RIQUEZA** Morador de Mato Grosso do Sul tem a 8ª maior renda do Brasil O sul-mato-grossense ganha em média R\$ 1.350,24, valor que sobe para R\$ 1.996,11 em Campo Grande, que ocupa a 12ª posição no ranking das capitais elaborado pela FGV Marcelo Victor A população de Mato Grosso do Sul tem a 8ª maior renda média do Brasil, segundo o Mapa da Riqueza divulgado nesta terça-feira (14) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O sul-mato-grossense ganha em média R\$ 1.350,24, valor que sobe para R\$ 1.996,11 em Campo Grande, que ocupa a 12ª posição no ranking das capitais elaborado pela FGV. A cidade do Estado com maior renda por habitante é Chapadão do Sul, com valor de R\$ 2.315,14. Estes números foram obtidos a partir dos dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ano base 2020, o último disponível para consulta pela Receita Federal. As informações são a base do Mapa da Riqueza. Ele mapeia fluxos de renda e estoques de ativos dos brasileiro mais ricos, sendo uma análise útil para desenho de reformas nas políticas de impostos sobre a renda e sobre o patrimônio. Para o pesquisador da FGV Marcelo Neri, estas informações possibilitam identificar no país as pessoas com maior poder de compra. De acordo com o levantamento, o Distrito Federal é a unidade da federação com maior renda média. São R\$ 3.147,51 por habitante. É seguido de São Paulo, com R\$ 2.093,34; Rio de Janeiro, com R\$ 1.753,97; Rio Grande do Sul, com R\$ 1.672,93; e Santa Catarina, com R\$ 1.652,07. Mato Grosso do Sul aparece na 8ª posição, com renda média por habitante de R\$ R\$ 1.350,24, um pouco inferior a Mato Grosso, com R\$ 1.362,94, que ocupa o 7º lugar. No Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul fica a frente de Goiás, que tem renda média de R\$ 1.092,28, levando em consideração o IRPF. Capitais Entre as capitais, a primeira

colocada é Florianópolis (SC), com renda média de R\$ 4.214,67 por habitante. Em seguida aparece Porto Alegre (RS), com R\$ 3.774,84; Vitória (ES), com R\$ 3.735,99; e São Paulo, com R\$ 3.542,00. Já Campo Grande aparece na 12ª posição no ranking nacional, com renda média de R\$ 1.996,11. Este valor a coloca na última posição entre os estados do Centro-Oeste. Brasília vem à frente, com renda por habitante de R\$ 3.147,51; seguido por Cuiabá, com R\$ 2.428,14; e Goiânia, com R\$ 2.279,46. Nos municípios acima de 50 mil habitantes, Nova Lima, na Grande Belo Horizonte, lidera com renda de R\$ 8.897. Santana do Parnaíba (SP) aparece em seguida, com R\$ 5.791; seguido por São Caetano do Sul (SP), com R\$ 4.698; Niterói (RJ), com R\$ 4.192; e Santos, com renda média de R\$ 3.783. Entre os municípios do Estado, Chapadão do Sul lidera o ranking, com renda média de R\$ 2.315,14 por habitante, de acordo com o Imposto de Renda de 2020 utilizado na pesquisa. Campo Grande aparece na 2ª posição, com R\$ 1.996,11; seguido por Maracaju, com R\$ 1.960,45; Dourados, com R\$ 1.716,62; e São Gabriel do Oeste, com R\$ 1.657,32. Desigualdade social Entre as conclusões do estudo, a principal é que a desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado, considerando a base de dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à da Pnad Contínua: o índice de Gini (índice mais conhecido para medir a desigualdade social) chegou a 0,7068 em 2020, bem acima dos 0,6013 calculados apenas a Pnad contínua. Cada 0,03 pontos equivale a uma grande mudança da desigualdade. Para o cálculo do Gini, quanto mais perto de 1 está o índice, maior é a desigualdade. O estudo da FGV aponta que: “Se a fotografia da distribuição de renda é péssima, o filme da pandemia também é. Mesmo com o Auxílio Emergencial, ao contrário do que se acreditava, a desigualdade brasileira não caiu durante a pandemia. Pela abordagem usual o Gini teria caído de 0,6117 para 0,6013, já na combinação de bases o Gini, sobe de 0,7066 para 0,7068. Isso pois as perdas dos mais ricos (dos 1%+ foi -1,5%) foram menos da metade das da classe média tupiniquim (-4,2%), a grande perdedora da pandemia.



Mercadante presidente do BNDES População de Mato Grosso do Sul tem a oitava maior renda média do Brasil

CORREIO DO ESTADO

Mercadante presidente do BNDES População de Mato Grosso do Sul tem a oitava maior renda média do Brasil

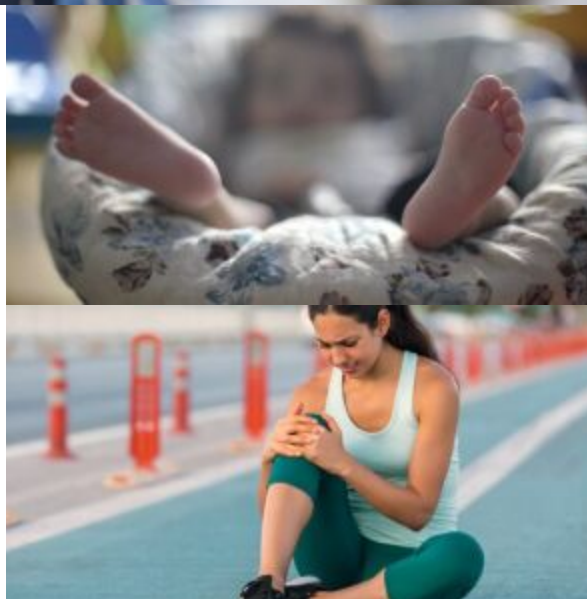


Rota Bioceânica

PROJETO VAI ENCURTAR O CAMINHO ATÉ OS PORTOS DO CHILE



Fonte: Embaixada do Chile no Brasil





CORREIO DO ESTADO
CREDIBILIDADE DE LER



Colunista
Paulo Vinicius Coelho-PVC
Esporte